



O DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA ÁREA DE PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL E DEMOGRAFIA - PLURD: INVENTÁRIO E CONSIDERAÇÕES DE LINHAS DE PESQUISA E TERMINOLOGIAS EM PROGRAMAS DA PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA

REGIONAL DEVELOPMENT ON THE REGIONAL URBAN PLANNING AND DEMOGRAPHY - PLURD AREA: INVENTORY AND CONSIDERATIONS OF RESEARCH LINES AND TERMINOLOGIES IN BRAZILIAN POSTGRADUATE PROGRAMS

DESARROLLO REGIONAL DEL ÁREA DE PLANIFICACIÓN URBANA Y DEMOGRAFÍA REGIONAL - PLURD: INVENTARIO Y CONSIDERACIONES SOBRE LAS LÍNEAS DE INVESTIGACIÓN Y TERMINOLOGÍAS EN LOS PROGRAMAS DE POSGRADO BRASILEÑOS

Cintia Neves Godoi¹
Sandro Luiz Bazzanella²
Jairo Marchesan³
Rafael Gonçalves Gumiero⁴

RESUMO

O presente artigo apresenta análise da articulação entre conceitos e processos históricos vinculados ao debate sobre desenvolvimento, especialmente em Programas de Pós-Graduação ligados ao Desenvolvimento Regional na Área PLURD – CAPES. Compreender desdobramentos de concepções da expressão desenvolvimento regional que viceja no interior dos programas de conhecimento estrito, *Stricto Sensu*, se coloca como objetivo deste trabalho. Conhecer e analisar caminhos da pesquisa, de que forma são articuladas ideias sobre conceitos ou escalas de análise destes Programas se apresenta como exercício inicial. A metodologia envolveu levantamento dos Programas e temas ligados ao Desenvolvimento Regional, análise dos termos das Linhas de Pesquisas por meio do acesso aos portais de dados da Capes, Plataforma Sucupira e endereços virtuais de cada Programa. Como principais resultados se

¹Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Goiás. Docente do Programa de Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional do Centro Universitário Alves Faria. Goiânia – GO – Brasil. E-mail: cintia.godoi@unialfa.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5844-4497>

²Doutor em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina. Docente dos Programas de Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado, Santa Catarina, Brasil. E-mail: sandro@unc.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9430-8684>

³Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Docente dos Programas de Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado, Santa Catarina, Brasil. E-mail: jairo@unc.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9346-0185>

⁴Doutor em Ciências Políticas pela Universidade Federal de São Carlos. Professor adjunto do curso de graduação em Ciências Econômicas do Instituto de Estudos em Desenvolvimento Agrário e Regional (IEDAR), da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Coordenador e professor do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Desenvolvimento Regional e Urbano na Amazônia (PPGPAM), da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). E-mail: rafael.gumiero@unifesspa.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6193-8698>

percebeu que o debate sobre desenvolvimento, a princípio em termos normativos e institucionais vinculados às discussões de disparidades e desigualdades nos Programas de Pós-graduação apresentaram diversidade da agenda, temas e termos. E os termos mais recorrentes foram Desenvolvimento Regional, Políticas Públicas, Planejamento, Território e Desenvolvimento.

Palavras chaves: Linhas de Pesquisa; Desenvolvimento Regional; Área PLURD Capes.

ABSTRACT

This article presents an analysis of the articulation between concepts and historical processes linked to the debate on development, especially in Graduate Programs linked to Regional Development in the PLURD – CAPES area. Understanding the unfolding of conceptions of the expression regional development that thrives within the programs of strict knowledge, *Stricto Sensu*, is the objective of this work. Knowing and analyzing research paths, how ideas about concepts or scales of analysis of these programs are articulated is presented as an initial exercise. The methodology involved raising programs and themes linked to Regional Development, analysis of the terms of their Research Lines through access to Capes data portals, Sucupira Platform and virtual addresses of each Program. As main results, it was noticed that the debate on development, at first in normative and institutional terms linked to the discussions of disparities and inequalities, in the graduate programs presented diversity of the agenda, themes and terms. And the most recurring terms were Regional Development, Public Policies, Planning, Territory and Development.

Key words: Research Lines; Regional development; Plurd area Capes.

RESUMEN

Este artículo presenta un análisis de la articulación entre conceptos y procesos históricos vinculados al debate sobre el desarrollo, especialmente en los Programas de Posgrado vinculados al Desarrollo Regional en el Área PLURD - CAPES. Comprender el despliegue de concepciones de la expresión desarrollo regional que prospera dentro de estrictos programas de conocimiento, *stricto sensu*, es el objetivo de este trabajo. Se presenta como ejercicio inicial conocer y analizar los caminos de investigación, cómo se articulan las ideas sobre conceptos o escalas de análisis de estos programas. La metodología implicó un levantamiento de Programas y temas vinculados al Desarrollo Regional, así como análisis de términos y análisis de sus Líneas de Investigación a través del acceso a los portales de datos de la Capes, Plataforma Sucupira y direcciones virtuales de cada Programa. Como principales resultados, se percibió que el debate sobre el desarrollo, inicialmente en términos normativos e institucionales vinculados a discusiones sobre disparidades y desigualdades, en los programas de posgrado presentó diversidad de agenda, temas y términos.

Palavras claves: Líneas de Investigación; Desarrollo Regional; PLURD Área Capes.

Como citar este artigo: GODOI, Cintia Neves *et al.* O desenvolvimento regional da área de planejamento urbano regional e demografia - PLURD: inventário e considerações de linhas de pesquisa e terminologias em programas da pós-graduação brasileira. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 13, p. 482-509, 06 nov. 2023. Doi: <https://doi.org/10.24302/drd.v13.4904>.

Artigo recebido em: 09/07/2023

Artigo aprovado em: 24/10/2023

Artigo publicado em: 06/11/2023

1 INTRODUÇÃO

Para Santos (1982), “Os modos de produção escrevem a História no tempo, as Formações Sociais escrevem-na no espaço” e, para Foucault⁵ “O fato de que a história não seja mais princípio de totalização faz-nos redescobrir a geografia. O mundo não é ele mesmo uma unidade; não existe senão espaços diferenciados, situações localizadas, cujo futuro incerto depende das relações que elas mantêm com os outros” (FOUCAULT, 1984, p.97). Sob tais perspectivas, o geógrafo brasileiro e o filósofo francês convergem argumentativamente demonstrando o caráter dinâmico das relações humanas que perpassam trajetórias históricas, se circunscrevem no espaço, conformando uma cartografia que expressa as condicionalidades humanas que se articulam numa miríade de relações de poder.

A partir do pressuposto argumentativo advindo destes pensadores este artigo se constitui como exercício de compreensão dos processos e das relações de poder, que ocorrem no tempo e no espaço, forjando instituições e subjetividades necessárias a determinado modo de produção. Este exercício considera, igualmente, os embates advindos das relações de produção e, as formas de organização social e as contradições do modo de produção. Nos autores supracitados, o que se coloca como centro de atenção é a dinamicidade dos processos no espaço e nas relações sociais, pois, a partir da instauração e da manutenção das relações de poder, a História se apresenta como tentativa de captura de dinâmica temporal criativa e crítica das ações humanas permeadas por relações de poder. A partir destes movimentos se constituem percepções de tempo, das relações contínuas que também alteram características espaciais, formando diferenciações, e estruturando formações sociais.

Conhecer, portanto, dinâmicas sociais, políticas e econômicas e suas reproduções no espaço, importam, tanto do ponto de vista da Geografia, quanto de outras formas de organização do conhecimento que concebem a centralidade da questão espacial, como ocorre na Área de

⁵O presente artigo não se propõe a análise arque-genealógica baseada na obra do pensador francês Michel Foucault. Conforme expresso no resumo e metodologia trata-se de uma pesquisa baseada em levantamento de informações e dados em plataformas e endereços virtuais dos Programas de Pós-graduação e análises das mesmas. O artigo se insere como esforço interpretativo e analítico em uma agenda de pesquisa do Grupo de Estudos Ciência do Desenvolvimento Regional que se dedica a fazer um diagnóstico com intuito de avançar na compreensão da Subárea do Desenvolvimento Regional vinculada a Área Planejamento Urbano Regional e Demografia da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, conforme se pode acessar outros artigos no endereço virtual: <https://sites.google.com/view/cienciaregional/produ%C3%A7%C3%A3o-intelectual>.

Concentração do Planejamento Urbano e Regional e Demografia - PLURD -, vinculada à Coordenação e Aperfeiçoamento do Ensino Superior - CAPES -, e seus Programas de *Stricto Sensu*, dos quais interessa nesta análise aqueles vinculados ao tema do Desenvolvimento Regional. Os Programas de mestrado e doutorado em Desenvolvimento Regional, de maneira geral, apresentam como premissa apoiar a compreensão dos processos de desenvolvimento, em tempos diversos, em determinados espaços, especificados na expressão “Regional”.

O desenvolvimento, de acordo com Theotônio dos Santos (1967, 1991), sugere uma transformação de realidade em uma determinada direção, segundo um princípio acumulativo, mas quando se acrescenta o termo Região esta transformação se apresenta relacionada ou circunscrita em determinado espaço.

Compreender os desdobramentos das concepções da expressão desenvolvimento regional, que viceja no interior dos Programas de conhecimento estrito, *stricto sensu*, se coloca como objetivo deste trabalho, de forma mais específica, analisar as Linhas de Pesquisa e de que maneira estas convenciam ou organizam o debate sobre Desenvolvimento Regional em programas de mestrado e doutorado brasileiros.

O trabalho se justifica também, pois, as Linhas de Pesquisa dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* se apresentam como balizas teóricas e conceituais que abrigam ideias, concepções, debates, reflexões e pesquisas que expressam especificidades na produção do conhecimento ou na atuação profissional dentro da Área de concentração, a qual deve ser sustentada por projetos de docentes pesquisadores do corpo permanente dos Programas.

Analisando os Programas de *stricto sensu*, mais especificamente, as Linhas de Pesquisa dos Programas de mestrado e doutorado em Desenvolvimento Regional, se pode conhecer melhor as diretrizes das pesquisas vinculadas ao Desenvolvimento Regional e é possível considerar que os termos balizadores (além de Desenvolvimento) vinculados ao pensamento espacial ou à escala de análise são “Região” e “Território”.

Sabe-se que a opção por termos, conceitos e categorias majoritariamente são provenientes da trajetória histórica dos Programas que permeiam sentidos diversos, tais como agenda de pesquisas dos docentes, interesses políticos que justificam e legitimam Programas, projetos de pesquisa, linhas de financiamento, métricas avaliativas, além das especificidades que estão relacionadas às regiões em que estes Programas estão sediados, permitindo interpretar conceitos não de uma forma estática, mas, sim, flexíveis podendo ser ressignificados conforme as heterogeneidades estruturais espaciais.

Dos cento e cinco (105) termos que conformam todas as Linhas de Pesquisa dos dezenove (19) Programas de Pós-graduação *Stricto Sensu* vinculados ao debate do Desenvolvimento Regional na Área PLURD – CAPES, os que mais se repetem são Desenvolvimento Regional, com treze (13) citações, Planejamento e Políticas Públicas com dez (10) citações cada, e Território referenciado por oito (8) vezes.

Para elencar os temas das Linhas de Pesquisas oferecidas por Programa procedeu-se a análise mediante o acesso aos portais de dados da Capes, à Plataforma Sucupira e nos endereços virtuais de cada Programa de Pós-Graduação.

Destaca-se, como argumento inicial, que o debate sobre desenvolvimento não é sedimentado ou livre de discordâncias e críticas. Não se trata, portanto, de uma terminologia

precisa e as adjetivações Regional, Sustentável, Rural, Humano e Territorial, dentre outras, apontam a complexidade de se tratar do entendimento do que conforma o desenvolvimento, conforme Bazzanella *et al.* (2022).

Outra questão basilar para o debate deste artigo é como a partir do termo desenvolvimento, sendo ainda impreciso, se acrescentam os termos regional e territorial. Além disso, se analisa de que maneira este acréscimo incide no debate, trazendo-o para a compreensão dos processos no espaço, e ao mesmo tempo questionando-se porque os usos deste termo se constituem ora considerando o espaço como região, mas também se deslocam para outras formas de análise espacial, seja territorial, rural e, local.

O artigo se organiza em três partes. A primeira apresenta articulação entre os conceitos e os processos históricos de formação e estruturação do debate sobre desenvolvimento nos programas de Pós-Graduação, com intuito de compreender os caminhos da pesquisa brasileira e, de que forma se articulam ideias sobre os diferentes conceitos ou escalas de análise que influenciam no arcabouço ideológico presente na forma de olhar dos pesquisadores e programas de ensino e pesquisa brasileiros. Na segunda parte, se apresenta uma cartografia dos programas de ensino e pesquisa e temas ligados ao Desenvolvimento Regional na Área PLURD – CAPES, especialmente por meio da análise das Linhas de Pesquisas destes Programas. A terceira realiza uma apresentação das Linhas de Pesquisa dos Programas de Desenvolvimento Regional existentes em 2021 no Brasil, e os reflexos destas linhas de pesquisa que apontam uma diversidade da agenda, dos temas e dos termos utilizados na Subárea.

Assim, foi possível discutir Desenvolvimento e Planejamento e como a partir de um embate histórico e teórico, se estruturam agendas e programas de pesquisa que vão priorizar o desenvolvimento ao longo do tempo, bem como apresentar um cenário atual da Subárea do Desenvolvimento Regional, construído após a disseminação do termo desenvolvimento e suas metodologias e formas de compor agendas. Além disso, perceber que o debate sobre desenvolvimento, a princípio vinculado às discussões de disparidades e desigualdades, conforme Godoi *et al.* (2021), teve seu escopo ampliado e diversificado⁶.

⁶Não se trata neste exercício analítico de constituir uma trajetória histórica dos Programas da Área e/ou Subárea do Desenvolvimento Regional e sua importância e impacto regional, mas, um exercício específico de levantamento e discussão das Linhas de Pesquisa e sua força de direcionamento das pesquisas dos Programas dedicados ao Desenvolvimento Regional.

2 (RE)POSICIONAMENTOS CONCEITUAIS DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO: DO REGIONAL PARA O NACIONAL, E DO TERRITORIAL PARA O LOCAL

Desenvolvimento⁷ é tema de âmbito acadêmico, epistemológico, político e histórico, porém no contexto do debate proposto neste artigo, será realizada uma análise com recorte sobre o tratamento conferido no Brasil, especialmente a partir dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Área Planejamento Urbano Regional e Demografia.

Em artigo sobre as mudanças observadas no perfil dos Programas de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional no Brasil, Piquet e Ribeiro (2008) apresentaram diferentes ideias que permearam os debates sobre Planejamento Urbano e Regional no Brasil no período entre os anos 1950 a 2000.

O artigo em questão aponta que o Desenvolvimento foi banido da agenda nacional nos 25 anos que antecederam o início da década de 2000, bem como o papel do planejamento e da formação de pessoal qualificado. Ao longo dos anos 2000, no entanto, com as políticas públicas de educação superior, bem como a expansão de instituições de Ensino Superior, de programas superiores e de Pós-Graduação, houve a retomada das discussões sobre Desenvolvimento e as questões de longo prazo.

Para compreender o perfil dos Programas de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, portanto, Piquet e Ribeiro (2008) consideraram três fases: a primeira, dos anos 1950 - 1960, em que havia o entendimento do planejamento para a mudança, fase em que foram abertos os primeiros programas sobre planejamento na América Latina. A segunda fase, no contexto dos governos autoritários da ditadura militar de 1964-1984 se caracterizaram pela institucionalização das universidades com implantação dos Programas *Stricto Sensu*, em um período de pensamento tecnocrático e centralizador. A terceira fase é apresentada como crença no jogo de forças de mercado que levou à rejeição do planejamento e as análises se voltaram para o campo de estudos urbanos e regionais. Nesta fase, a questão regional perdeu centralidade e os temas urbanos e locais ganharam proeminência.

A pergunta, neste artigo, se dá em sentido complementar ao trabalho das autoras: E, após a primeira década do ano 2000, como ficam os Programas da Área de Planejamento Urbano Regional e Demografia? E, mais especificamente, qual o perfil e estrutura dos Programas de Desenvolvimento Regional que foram abertos no âmbito da Área PLURD da Capes, o que dizem as Linhas de Pesquisa? Para entender este novo cenário, cabe compreender mais profundamente a caracterização proposta pela periodização das autoras.

⁷As primeiras acepções sobre a ideia de desenvolvimento tiveram seu nascedouro na teoria econômica, que sob diferentes matrizes de escolas de pensamento, quais sejam, a economia política clássica, a economia política marxista, a neoclássica e marginalista, a *schumpeteriana* e a *keynesiana*, orientaram medidas e políticas econômicas para o crescimento econômico dos países. Apesar de incontestável avanço na formulação do campo científico das ciências econômicas, em virtude da noção de crescimento econômico, ainda subentendido como sinônimo de desenvolvimento, não deflagrou as características do subdesenvolvimento em países periféricos. As respectivas teses foram construídas por pensadores ligados aos países europeus e dos Estados Unidos e tinham como referência medidas de recuperação econômica após crises, de modo que pouco contribuiu para orientar ações efetivas para a superação da pobreza e desigualdades sociais em países periféricos.

O Planejamento nos anos 1950⁸ era considerado inerente ao modo de produção socialista, mas passou a ser adotado pelos países capitalistas, visto sob o entendimento de uma técnica de aplicação de políticas. Neste contexto, havia uma preocupação política profunda de agentes norte-americanos em apresentar uma proposta teórica que fosse capaz de competir com a ideia de Planejamento, visto que o mesmo, de acordo com Carlos de Mattos (2001), foi uma ideia que demarcou singularidades do século XX, pois foi a primeira ocasião ao longo da história da humanidade na qual se generalizou a crença na capacidade do ser humano empreender e construir um futuro desenhado antecipadamente por ele⁹.

Entre os vários pensadores e diferentes olhares sobre o termo Desenvolvimento, há críticos o apontam eminentemente como ideológico. Em sua tese “A ideologia do desenvolvimento e controvérsia da dependência no Brasil Contemporâneo”, Prado (2015) elenca autores como José Luís Fiori e documentos, como um editorial de uma revista intitulada *Economic Development and Cultural Change*, fundada em 1952, e publicada pela Universidade de Chicago. O editorial em questão aponta que

Deve-se atentar para o pressuposto teórico de que o desenvolvimento envolve determinados grupos sociais que desempenham função inovadora. Pode-se observar historicamente que onde o desenvolvimento ocorreu, foi organizado e liderado por um grupo social relativamente pequeno e auto-consciente, usando o controle do crescimento econômico como meio de alcançar e manter o poder e o status na sociedade. Para ocorrer, um grupo que venha a controlar a economia da maneira descrita deve basear suas atividades em uma ideologia que sistematicamente encoraje o investimento produtivo (aumentando a produção). Como tentativa de generalização, pode-se dizer que, como o tipo de controle de que estamos falando pode ser alcançado por esforço auto-consciente (como, por exemplo, por armas e propaganda), chegarão ao poder os grupos que forem mais capazes de utilizar técnicas avançadas e objetivas de manipulação de seu ambiente [...] Os dispositivos militares e de propaganda ocidentais são os mais facilmente assimilados das técnicas do mundo industrial, e são usados tão facilmente para reforçar uma estrutura social que retarda o crescimento quanto para auxiliar na mudança social que favorece o crescimento” (MORIN *apud* PRADO, 2015, tradução nossa).¹⁰

⁸Ressalta-se a importância que o termo planejamento econômico teve para a academia e órgãos de governos, na Europa, nos EUA e principalmente na América Latina e no Brasil. Há um importante compilado de autores que colaboraram nessa seara: Manoilescu, Gerschenkron, Roseinstein-Rodan, Keynes (Estado), Myrdal, Rostow, Nurkse, Romulo de Almeida, Roberto Simonsen, Ignácio Rangel, Celso Furtado, dentre outros. Há, portanto, centralidade no uso e aplicação do termo planejamento desde pelo menos 1900 até o período áureo 1936 - 1969. Não se deve ignorar ou desprezar essa gama de autores e incursões realizadas nas agendas de governo por intermédio de suas teses.

⁹Sobre a importância da Planificação como instrumento de racionalização da organização espacial ver autores: Mannheim, Karl (1940) e Carr, Edward Hallett (1979).

¹⁰ Nota em idioma original: “Attention should be paid to the theoretical assumption that development involves particular social groups which perform the main innovating function. It can be observed historically that where development has taken place, it has been organized and led by a relatively small, self-conscious social group using control of economic growth as a means of achieving and maintaining power and status in the society. [...] For economic development to occur, a group which does come to control the economy in the way described must base its activities upon an ideology which systematically encourages productive (output-increasing) investment. As a tentative generalization worthy of study it might be said since the sort of control we are talking about can be achieved by self-conscious effort (as, for example, buy guns and propaganda), those groups will come to power which are best able to utilize advanced and objective techniques of manipulating their environment. This implies that, over a long period of time, those groups would win in our hypothetical competition which used more efficient economic and social tools. But, while a historical view may indicate a selective process whereby the rise of particular groups to power can be explained, it does not follow in modern times any more than in earlier

Conforme Prado (2015) chama a atenção, as questões centrais do Desenvolvimento Econômico e da mudança cultural seriam um direcionamento do chamado Desenvolvimento para os objetivos do capital estadunidense, tendo em vista o receio do apelo comunista na população das áreas subdesenvolvidas, desenvolvidas e sob influência dos países capitalistas centrais.

A partir deste argumento, é possível articular o texto anteriormente citado de Piquet e Ribeiro (2008) de que não era apenas com relação às camadas populares o peso do apelo comunista, mas também ao Planejamento como prática governamental, também ligada ao pensamento politicamente de esquerda. Assim, o poder político e popular poderia ser capturado pelas ideias de uma sociedade em que houvesse a construção de um futuro ligado às práticas de Planejamento e às práticas de participação popular. Fez-se imprescindível neste jogo de poderes vinculados aos respectivos modos de produção capitalista e socialista a criação de instrumentos que pudessem competir com estas ideias. Sob tais prerrogativas, o Desenvolvimento¹¹ se apresenta então como uma ideia que passa a ser estimulada, propagandeada, e introjetada nos diversos países de interesse de exercício do poder estadunidense.

E é neste campo que se inserem as obras de intelectuais que formaram aquilo que logo se conheceria como “economia do desenvolvimento”, tendo enorme projeção mundial, tais como: Arthur Lewis (e suas análises sobre desenvolvimento com oferta ilimitada de mão de obra, 1954), Paul Rosentsein Rodan (e sua proposta do “grande impulso” – *big push* – 1957), Ragnar Nurske (e seu círculo vicioso da pobreza, 1953), Walt Thitman Rostow (e seus estágios do desenvolvimento econômico, 1952), Hans Singer (e sua noção de distribuição desigual no comércio internacional entre nações desenvolvidas e subdesenvolvidas, 1950), Gunnar Myrdal (e sua causação circular cumulativa, 1957), entre tantos outros, muitos deles acadêmicos, mas também ligados a instituições importantes de Estado (PRADO, 2015, p. 53-54).

Este efeito de investimento no pensamento vinculado ao desenvolvimento como horizonte se disseminou por meio de estudiosos, pesquisadores, professores e de instituições e, a partir deste fluxo de investimentos, forjando um pensamento e debates em torno desta agenda de pesquisa.

[...] A Organização dos Estados Americanos (OEA), a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e o Instituto Latino-Americano e do Caribe de Planificação Econômica e Social (Ilpes) realizaram os primeiros esforços na formação de recursos

ones that such groups will use their power for purposes of “development” in our terms. This is in fact particularly true at present, since the more advanced West presents to underdeveloped areas a wide array of tools of control from which to choose, not all of which contribute to the goal we have in mind. Western military and Propaganda devices are the most easily assimilated of the techniques of the industrial world, and are as easily used to bolster a social structure which retards growth as to aid in social change favoring growth. Stress here should be laid on the problems of identifying functional social groups fulfilling our conditions, and of relating such groups, with their various origins and particular roles, to the social and economic structures of the society in which they arise.”

¹¹O início dos debates sobre o termo planejamento surgiu com Manoilescu, em meados dos anos 1920 com o tema do protecionismo, posteriormente abordado por Gerschenkron em meados dos anos 1930, e posicionado finalmente como essencial por Keynes, em 1936, com a Teoria Geral. Há uma discussão em relação ao termo Estado / Planejamento para a ala comunista, mas que não se irradiou tal como as repercussões desses autores nos países capitalistas no primeiro quartel do século XX. A esse respeito, ler Brito e Bastos: Introdução ao livro Economia do Subdesenvolvimento (BRITO; BASTOS: *Introdução ao livro Economia do Subdesenvolvimento* de Agarwala e Singh).

humanos para apoiar e guiar os trabalhos de elaboração dos planos econômicos dos países da região. (PIQUET; RIBEIRO, 2008, p. 52).

Ainda nesta direção, de acordo com Theotônio dos Santos (1991),

No Brasil, entre 1961 e 1964, houve uma grande explosão teórica e intelectual. A radicalização do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), o surgimento da Universidade de Brasília, os debates organizados na Faculdade de Filosofia de São Paulo e na Faculdade de Economia de Minas Gerais foram os centros principais de atração da elaboração teórica e da investigação. No Chile, entre 1970-1973, a Escolatina, o Centro de Estudos Econômicos e Sociais (CESO), o Centro De Estudos da Realidade Nacional (CEREN) foram os principais centros de polarização que recolhiam, de certa forma, a experiência investigadora de centros internacionais aí localizados como a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), o Instituto Latino-Americano de Planejamento e Estudos Sociais (Ilpes), a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) etc. (SANTOS, 1991, p. 26).

Retomando Piquet e Ribeiro (2008) para analisar de que maneira estes centros de pensamento adentram a academia brasileira, especialmente vinculada ao tema do Planejamento Urbano e Regional, os autores apontam que ao desenvolvimento¹² se encontrava associada uma metodologia de como planejar, e nos primeiros Programas oferecidos não havia dúvida sobre o que deveria ser ensinado. Os princípios teóricos provinham do pensamento da Cepal e do Ilpes, os manuais de metodologia para programação econômica eram peças-chave e bibliografia básica dos cursos, bem como havia também formação em universidades europeias e no Chile, sede da Cepal e do Ilpes.

Para além das diversas correntes de pensamento, houve uma “vitória” do entendimento do Desenvolvimento como sendo vinculado a modelos e afazeres, receituários em que o Estado deveria ter um papel central, a princípio, para apoiar planos e projetos que se materializaram como disseminação do processo produtivo, industrial e capitalista em países da América Latina. “[...] Acreditava-se, firmemente, ser o Estado o principal responsável pelo desenvolvimento. Um Estado investidor, regulador, e ainda, protetor do mercado interno e da indústria nacional” (PIQUET; RIBEIRO, 2008, p. 50).

Ricardo Bielchowsky (2007), em sua pesquisa sobre a ideologia do desenvolvimento, transformada em desenvolvimentismo, demonstra como a mudança da sociedade brasileira, por meio de projeto econômico, abarcava pontos fundamentais, como a industrialização integral, como via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento. Para tanto, afirma que seria necessário incluir o planejamento como forma de definição dos setores econômicos e instrumentos para a promoção da expansão das atividades industriais, e o Estado deveria ser o

¹²A partir de lacuna deixada pela teoria tradicional econômica formulada nos países centrais capitalistas, no alvorecer do final da Segunda Guerra Mundial, e subjacente à ascensão de um pensamento econômico crítico orientado pela questão do subdesenvolvimento na Europa e Estados Unidos, houve estímulo de agências internacionais para que a América Latina apresentasse respostas. A partir de 1949, uma nova escola de pensamento econômico foi formada por meio da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), com Raúl Prebisch e economistas latino-americanos, como Celso Furtado, Medina Echavarría, Noyola Vázquez, Ahumada, Pinto y Sunkel. Estes compuseram a teoria original da periferia do subdesenvolvimento, teoria fundamental para consolidar nos países latino-americanos a estratégia do desenvolvimentismo, alinhado à atuação do Estado na economia, via políticas de substituição de importações, financiamento para o desenvolvimento de inovações tecnológicas e a industrialização de base e transformação.

ordenador desta execução e expansão, mediante a promoção de investimentos diretos em setores nos quais a iniciativa privada fosse insuficiente.

Na ideologia do Desenvolvimentismo, a escala de atuação parece ser a Regional, e, portanto, a partir das regiões, se alcançaria o todo, neste caso, a escala nacional. Assim, o pensamento do planejamento abrangia o entendimento das relações entre parte e todo, e se apresentava como profunda forma de racionalização para a organização do crescimento econômico.

Posteriormente houve a vinculação do planejamento e do desenvolvimento como ideias complementares. Assim, se antes a escala de análise era nacional, com os aspectos regionais figurando como formas de atingir a escala nacional, agora isso se altera. Dessa forma, o planejamento como técnica e organização da sociedade, vinculado ao pensamento soviético deixa de ter essa orientação histórico-política e passa a ser uma palavra destituída de sua trajetória, para complementar o termo desenvolvimento.

A cultura do pensamento vinculando planejamento e desenvolvimento se disseminou, especialmente atrelada ao pensamento baseado em investimentos em industrialização.

[...] no decorrer desta fase da economia brasileira, os desequilíbrios regionais se agravam e as tensões sociais no Nordeste tornam-se explosivas, passando a ser vistas como uma questão de segurança nacional. É exatamente neste momento que é elaborada a primeira Política de Desenvolvimento Regional sob a condução de Celso Furtado, sendo que a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), em 1959, traduz a tentativa de redefinição das relações entre o centro hegemônico e esta região. (PIQUET; RIBEIRO, 2008, p. 52).

A estrutura organizacional, de ideias e de entendimento das ações a serem executadas por parte do Estado, da academia e da sociedade, após estes períodos culminaram em planos e políticas para colocar em prática reformas sociais, políticas e econômicas, vislumbrando o desenvolvimento nacional. Posteriormente, avançou no Brasil e em outros países da América Latina, em período de opressão ditatorial.

Para dar conta do entendimento deste processo ditatorial, com boa parte dos países assimilando o pensamento ideológico do desenvolvimento e suas instrumentalizações, Santos (1991), questiona se é possível uma democracia estável nas condições de uma sociedade dependente, onde a concentração de renda, a exclusão e a marginalização das maiorias sociais resultam desta forma particular de desenvolvimento capitalista. Assim, desprovidos da pretensão de responder neste artigo, se questiona: Seriam os processos de acirramento ditatorial uma consequência de “reformas do desenvolvimento?”

No período militar, após o golpe civil, político e midiático de 1964, portanto, o planejamento (colocado como parte do projeto ou processo de desenvolvimento) atingiu o seu auge, de acordo com Piquet e Ribeiro (2008), com a proposição de planos como: Plano de Ação Econômica do Governo, Plano Estratégico de Desenvolvimento, Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento, Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento e Terceiro Plano Nacional de Desenvolvimento. Estas ações atravessaram os anos de 1964 a 1984, ao longo de todo o regime ditatorial militar.

A partir destes planos o olhar sobre a escala de atuação foi construído com base na dimensão do território. Assim, por exemplo, o I Plano Nacional de Desenvolvimento (1970)¹³ não faz uso das regiões brasileiras para pensar o planejamento, mas cria programas de acordo com setores, como Programas de Polos Agropecuários e Agrominerais, de Áreas Irrigadas, do Cerrado, do Oeste do Paraná, dentre outros, com a lógica de ocupação territorial em que as agências regionais de desenvolvimento perderam importância.

Após esta nova orientação por parte do Estado, o viés de ocupação territorial ganha importância. A lógica urbana adquire maior visibilidade, pois há preocupação com o congestionamento de metrópoles e interesses de desconcentração industrial, conferindo força à política de desenvolvimento urbano, criada em 1974, e novos projetos para cidades. Cidades médias são vislumbradas e estimuladas para serem pontos de desenvolvimento no território nacional.

Para Carlos (1992), a partir de seu estudo “A Cidade” (1992), há um vínculo entre a existência da cidade e a divisão do trabalho, bem como a divisão da sociedade em classes, acumulação tecnológica, produção de excedente agrícola, sistema de comunicação e concentração espacial de atividades não agrícolas.

Por seu turno, Conte (2013) aponta que:

O item “Política de Desenvolvimento Urbano”, do II PND é considerado como marco temporal da primeira política urbana nacional do Brasil, e teve como objetivo colocar em prática a sua intervenção a favor da desconcentração das grandes aglomerações e das possibilidades de desenvolvimento das cidades médias. O plano tinha como metas a manutenção do crescimento industrial e econômico, o investimento no setor de transporte (hidrovias e ferrovias) e comunicação e a modernização das regiões não industrializadas através da descentralização espacial dos projetos de investimentos (CONTE, 2013, p. 48 e 49).

A capacitação de pessoal mediante da criação de Programas de Pós-Graduação e instituições de pesquisa, portanto, foi impulsionada. A seguir, no Quadro 1, se apresenta a linha do tempo e iniciativas de criação de programas.

Quadro 1 – Iniciativas vinculadas ao tema do desenvolvimento e abertura de programas de planejamento ao longo do tempo no Brasil.

Ano	Iniciativa
1964	Criação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA.
1967	Criação do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional - Cedeplar na Universidade Federal de Minas Gerais.
1970	Implantados os Programas de mestrado em Planejamento Urbano e Regional na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
1972	Programa de mestrado em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro
1975	Programa de mestrado em Planejamento Urbano e Regional da Universidade de Pernambuco

Fonte: Os autores, com base em Piquet e Ribeiro (2008)

¹³Os Planos Nacionais podem ser acessados no endereço virtual da Biblioteca Virtual do Ministério de Economia. Disponível em: <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/777/6>.

Nestes Programas, a escala de análise e pensamento ainda era nacional, pois havia o projeto de tornar o país uma potência ao final do século XX.

A Secretaria de Planejamento da Presidência da República abrigava, além do Ipea, o Instituto de Planejamento (Iplan) e o Centro de Treinamento para o Desenvolvimento Econômico (Cendec). Era de tal ordem a importância atribuída à formação de quadros para atuação no sistema de planejamento, que a primeira turma do curso da UERJ, então sob a responsabilidade da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia – COPPE, é destinada a técnicos do Banco Nacional de Habitação - BNH, do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo- SERFHAU e órgãos do governo federal envolvidos com o planejamento urbano ou regional (PIQUET; RIBEIRO, 2008, p. 55).

Após o período militar e o auge do planejamento para desenvolvimento, o país se transformou profundamente. A nova agenda trouxe debates com adjetivações do desenvolvimento em sustentável, local, regional, humano e outros, e desdobramentos do entendimento de desenvolvimento como competitividade.

Abandona-se a perspectiva do desenvolvimento nacional e espera-se que a descentralização da responsabilidade para os governos locais produza o milagre de resolver os problemas de emprego e renda, miséria, questões ambientais e tantos outros além de garantir a governabilidade do sistema (PIQUET; RIBEIRO, 2008, p. 56).

As autoras asseveram que

[...] com o enfraquecimento do Estado-nação, o planejamento na escala nacional cai em descrédito e os programas de pós-graduação, concebidos para a formação de pessoal na área, são mantidos, mas tem seus currículos direcionados para estudos urbanos e regionais, em que o regional perde posição e as questões intra-urbanas ganham proeminência ... É sintomático da crise do planejamento territorial, porém que no período de quase 20 anos (entre 1975 e 1993) nenhum novo curso tenha sido implementado na área (PIQUET; RIBEIRO, 2008, p. 57).

A partir da apresentação do argumento supracitado é possível perceber que as relações do fenômeno desenvolvimento, quando analisadas sob o olhar regional, devem considerar questões originárias da própria vida na região, bem como de fora. E, neste sentido, aparecem os desdobramentos do debate sobre desenvolvimento regional e das Linhas de Pesquisa que orientam os programas oferecidos atualmente.

Sob tais pressupostos, mas apresentando distinções específicas, o uso do termo território e o papel da escala local parecem despontar como operadores conceituais para este processo do entendimento da complexidade da Região, e da fuga do uso do termo. O termo região parece ter se vinculado ao período de pensamento em escala nacional, como articulação das partes em relação ao todo, sendo que, a partir dos anos 1990, e com mais força nos anos 2000, toma força um viés de protagonismo do poder local, de vínculo direto entre pontos específicos que seriam acessados verticalmente por representantes políticos e econômicos da dinâmica global.

Brandão (2007), em suas obras sobre o poder local e os usos das escalas para pensar o desenvolvimento, chama a atenção para as múltiplas escalas entre o local e o global e, a partir de estudos que apontam os discursos e narrativas apresentados anteriormente por Wilson Cano

(2007), igualmente para a apropriação dos termos local e territorial para projetos e interesses aliados ao pensamento neoliberal.¹⁴

Araújo (2007) corrobora com este debate e argumenta: “não é à toa que o pensamento neoliberal ataca com força o papel das políticas nacionais, propondo o Estado mínimo ou supervalorizando o papel de políticas locais” (ARAÚJO *apud* BRANDÃO, 2007, p. 19).

Para Brandão (2007), boa parte da produção acadêmica se dedicou a pensar localismos e criou mitos e banalizações no debate sobre o desenvolvimento argumentando que:

Muitas das diversas abordagens de clusters, sistemas locais de inovação, incubadoras, distritos industriais etc. Possuem tal viés. A banalização de definições como capital social, redes, economia solidária e popular: o abuso na detecção de toda sorte de ‘empreendedorismos’, voluntariados, talentos pessoais e coletivos, microiniciativas, ‘comunidades solidárias’; a crença que os formatos institucionais ideais para a promoção do desenvolvimento necessariamente passam por parcerias ‘público-privadas’, baseadas no poder de ‘governança’ das cooperativas, agências, consórcios, comitês etc, criaram uma cortina de fumaça nas abordagens do tema (BRANDÃO, 2007, p. 38).

Sob tais pressupostos é possível constatar que uma vez que se constrói este tipo de discurso acadêmico, que sai da academia e caminha para as instituições, organizações e lideranças sociais e comunitárias, percebe-se que se trata da validação de uma forma de estimular estratégias que não estão atreladas às singularidades e às diversidades constitutivas da sociedade brasileira. São as formas de alterar as políticas públicas, o entendimento do papel das instituições públicas, que se tornam estimuladoras de um pensamento em favor da “endogenia exagerada”, criando uma falsa ideia de que a sociedade local (e por consequência, regional) passa a ter o controle de suas possibilidades de transformação apenas a partir de sua capacidade de organização, empreendedorismo e inovação.

Castells (1996, p.28) já havia também alertado para essa transição de temas e de sentido do debate dos problemas sociais indicando que houve abandono da perspectiva crítica da sociedade, retornando ao conceito de comunidade, constituída por atores e agentes, e não por classes sociais.

Fortalecendo este argumento, Brandão afirma:

Posto o perfil virtuoso desse ‘tecido socioprodutivo’ localizado, tudo passaria a depender da força comunitária da cooperação, da “eficiência coletiva” e das vontades e fatores endógenos ao entorno territorial que tenham construído uma atmosfera sinérgica. Se tudo depende da virtuosidade microeconômica, há pouco ou nenhum papel para os fatores ‘exógenos’ e ‘macroeconômicos’. Câmbio, juros, fisco, relação salarial, questões monetárias, financeiras etc. Parecem ser questões ‘fora do lugar’ (2007, p. 47).

Após o projeto centralizado do desenvolvimento nacional perpetrado pela ditadura militar (1964-1984), o debate sobre desenvolvimento foi orientado, nos anos 1990, na perspectiva do desenvolvimento endógeno e do poder local.

¹⁴O neoliberalismo pode ser compreendido como a retomada de alguns princípios do capitalismo liberal do século XIX. É a reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar (ANDERSON, 1995).

Brandão (2007) e Cano (2007) apoiam o entendimento de que há movimentação dos conceitos e de programas que parecem estar mais vinculados ao pensamento Regional, em um modelo vinculado aos debates do desenvolvimentismo e da importância do Estado para o desenvolvimento, e outros vinculados ao pensamento do desenvolvimento endógeno e local, e do papel das políticas públicas e empreendedorismo locais para o desenvolvimento.

Sobre os aspectos teóricos e metodológicos dos debates do desenvolvimento a partir da economia - política da primeira metade do século XX, Santos (1991) chamou a atenção, para a existência do conflito das classes sociais, dos aspectos macroeconômicos, de crédito, de política internacional, dentre outros que apontam a complexidade em múltiplas escalas do sistema capitalista. Mas, estes elementos não parecem estar presentes no debate do desenvolvimento a partir da década de 1980 e, como veremos a seguir, também não se farão presentes nas Linhas de Pesquisa dos Programas de Desenvolvimento Regional dos anos 1990 aos nossos dias.

3 OS PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E O DEBATE SOBRE DESENVOLVIMENTO: PREÂMBULO ENTRE A RECOMPOSIÇÃO DO REGIONAL FRENTE AO FORTALECIMENTO DO LOCALISMO

Na década de 2000 foram abertos programas de Pós-Graduação, bem como universidades e cursos de graduação. No entanto, é possível verificar a especificidade de programas abertos com tema desenvolvimento regional, conforme demonstrado no quadro 2, a seguir.

Quadro 2 – Programas vinculados ao Desenvolvimento Regional na Área de Planejamento Urbano Regional e Demografia, 2022.

Estado	Programa	Ano de Início
RS	Desenvolvimento Regional	1994
PB	Desenvolvimento Regional	2000
SC	Desenvolvimento Regional	2000
SC	Desenvolvimento Regional	2006
AP	Desenvolvimento Regional	2006
GO	Desenvolvimento Regional	2007
BA	Desenvolvimento Regional e Urbano	2010
PR	Desenvolvimento Regional	2010
SP	Planejamento e Desenvolvimento Regional	2012
MA	Desenvolvimento Socioespacial e Regional	2012
PR	Desenvolvimento Regional e Agronegócio	2012
RS	Desenvolvimento Regional	2013
TO	Desenvolvimento Regional	2013
RS	Desenvolvimento Regional	2013
MG	Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente	2014
MS	Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos	2014
RJ	Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas	2016
RJ	Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos	2019
PA	Planejamento e Desenvolvimento Regional e Urbano na Amazônia	2019

Fonte: Os autores, com base nos dados da Plataforma Sucupira

Chama a atenção a alteração na nomenclatura dos Programas que passam a utilizar o termo desenvolvimento, seguido de regional.

Por isso mesmo, compreender aspectos do termo Região se faz importante, não apenas para perceber o que se coloca em jogo com relação ao pensamento sobre desenvolvimento, mas também para o desdobramento deste artigo que vislumbra enxergar os temas elencados pelas Linhas de Pesquisa a partir da expressão “desenvolvimento regional” e seus usos no país.

Santos (1996, p. 50) nos lembra que a região, por vezes, é compreendida como uma realidade autônoma, composta por conjuntos de relações entre variáveis, uma mera classificação. A região emerge, então, de uma dialética dissonante, separando o homem da sua produção e a sociedade do seu espaço. Utilizada desta maneira, a região transforma-se num conceito vazio e abstrato, assim como o espaço, desprovido de humanidade. Nesta visão, Santos (1978, p. 54) aponta que ela não dá conta de entender a complexidade das relações socioespaciais contemporâneas, uma vez que se baseia num espaço homogêneo, contido em si mesmo, sem relação com o externo. Sendo assim, o termo torna-se obsoleto, calcado em uma concepção simplificadora da realidade.

Nesse viés, Souza (2013), em um esforço para apresentar os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial, reuniu textos e diálogos com autores sobre os termos: espaço geográfico, paisagem, território, região e redes, dentre outros.

A análise do termo região e dos demais levantados acima na Geografia se faz desde o início da organização da disciplina, e não há discussões encerradas. No caso do uso da palavra região, por exemplo, por anos e em diversos trabalhos utilizados nos diferentes cursos de graduação em Geografia do Brasil, houve um entendimento restrito da obra de Vidal de La Blache¹⁵, e, conforme Haesbaert, Pereira e Ribeiro (2012), este equívoco se deu em razão da limitação do uso de obras do autor, com críticas especialmente por desconhecimento de sua obra como um todo, pois a maioria dos pesquisadores não tinha acessado todos os estudos do pesquisador francês.

No que diz respeito à falta de consenso no debate sobre região esta se encontra na própria derivação, pois o termo, de certa forma, passa a ser utilizado como adjetivo, regional, a partir do trabalho de Ann Markusen¹⁶ (1981).

Para Sousa (2013), a noção, antes mesmo do conceito de região, está sujeita, como tantas outras ideias caras à pesquisa socioespacial, a uma variabilidade histórico-geográfico cultural.

Como todos os limites conceituais, há questões políticas e de relação de poder, dentre outras envolvidas. Francisco de Oliveira (1978) aponta, por exemplo, que algumas visões sobre o termo expunham que o essencial da região seria suas determinações econômicas e características materiais na esteira da expansão do capitalismo, entre outros que chamaram a atenção, como argumenta Sousa (2013, p. 142) a seguir:

[...] Ann Markusen vinculou [...] os temas da região e do regionalismo [...] e diversos outros geógrafos e sociólogos focalizaram tais vínculos, ora expressando simpatia

¹⁵Vidal de La Blache (1845 - 1918) foi geógrafo, professor e pesquisador francês com produções sobre região, paisagem e outros conceitos.

¹⁶Ann Markusen é professora e pesquisadora estadunidense com produções intelectuais nas áreas de desenvolvimento regional e industrial.

para com as demandas culturais, políticas e econômicas das populações de determinadas regiões perante o Estado central, ora apresentando o problema do regionalismo e da própria identidade regional como construções ideológicas, manipuladas por uma elite regional interessada em utilizar o conjunto da população como massa de manobra.

A complexidade do mundo não permite que se interpretem os fenômenos somente por meio de suas causas e efeitos, pois estes são múltiplos e estão em processo incessante de transformação. Por isso, a reflexão deve se pautar pela análise dos processos, compreendendo o mundo como uma totalidade em constante movimento, cujos fatos isolados somente adquirem sentido quando respaldados por uma lógica que os incorpore (SANTOS, 1978, p. 55).

A realidade da região não pode abrigar, ao mesmo tempo, a causa e o efeito dos fenômenos nela contidos, pois a dinâmica do mundo atual mostra, cada vez mais, que a conexão entre os fenômenos ultrapassa seus limites. Nesses termos, a análise exclusiva do concreto nada mais representa do que o estudo da aparência do fenômeno descrito naquele instante, sem a devida abordagem do processo que o gerou e sua essência. A reflexão, dessa forma, pode ser comprometida por não alcançar consistência necessária, por se apresentar desprovida de conteúdo (SANTOS, 1978, p. 55).

Esta concepção de Região como entendimento que deve abranger a complexidade dos fenômenos, das relações e da interesalaridade corrobora com o que Santos (1991) apontou sobre a compreensão do fenômeno do desenvolvimento, que deve estar articulado ao entendimento de processos que ocorrem em diferentes áreas, escalas, nações, e estruturas financeiras e produtivas.

Para Santos (1979), foi Lênin, ao estudar o desenvolvimento da sociedade russa, quem percebeu que deveria compreender as relações sociais de produção em seu país conectadas com o sistema de produção mundial. O conceito de formação econômica e social, assim, constituir-se-ia na análise de uma sociedade específica articulada ao seu contexto internacional (BRITO, 2007, p. 93).

Dessa maneira, a divisão do trabalho no espaço atinge todos os lugares, mesmo que de maneira desigual, conforme as necessidades de (re)produtibilidade do capital e das especificidades de cada lugar. Ela explica, também a segmentação das funções diante das necessidades e critérios externos, como: a rentabilidade, a produtividade, a segurança e a mão de obra. Ainda elucida a espacialização do trabalho ante o movimento do capital pelo mundo, atribuindo novas funções e formas aos espaços existentes (BRITO, 2007).

As regiões deixam de ser sede de seu próprio poder, de sua própria gestão. Fruto de uma solidariedade orgânica, elas passam a se constituir por meio de uma solidariedade organizacional. No antigo conceito de região, a base era a solidariedade orgânica entre seus habitantes que estabeleciam uma relação longa com seu lugar e se organizavam segundo as necessidades da própria região. Atualmente, ela é definida pela solidariedade que se constitui dentro dela, mas a partir de uma organização que vem de fora. A solidariedade, então, deixa de ser orgânica - originária da própria vida da região e das variáveis constitutivas dela - e se transforma em solidariedade organizacional (SANTOS, 2003, p. 110).

É exatamente neste ponto que se pretendia chegar mediante este diálogo com a periodização das autoras Piquet e Ribeiro (2008). Pois, de que maneira é possível enxergar na

atualidade a construção destes programas? Como se constituiu o crescimento dos programas com tema desenvolvimento regional, e mais, como se afirmaram os desdobramentos dos programas que apresentam como tema central o termo Região e que se metamorfoseiam em outros temas em suas linhas de pesquisa? O que há para se compreender neste processo?

A seguir, serão apresentados questionamentos e tentativas de articulação de ideias de diferentes autores para problematizar de que maneira o entendimento do termo relacionado ao espaço, ou à escala de análise influem no modo como a pesquisa e a academia enxerga os processos históricos e sociais, especialmente mediante a análise das Linhas de Pesquisa dos programas da “subárea” Desenvolvimento Regional.

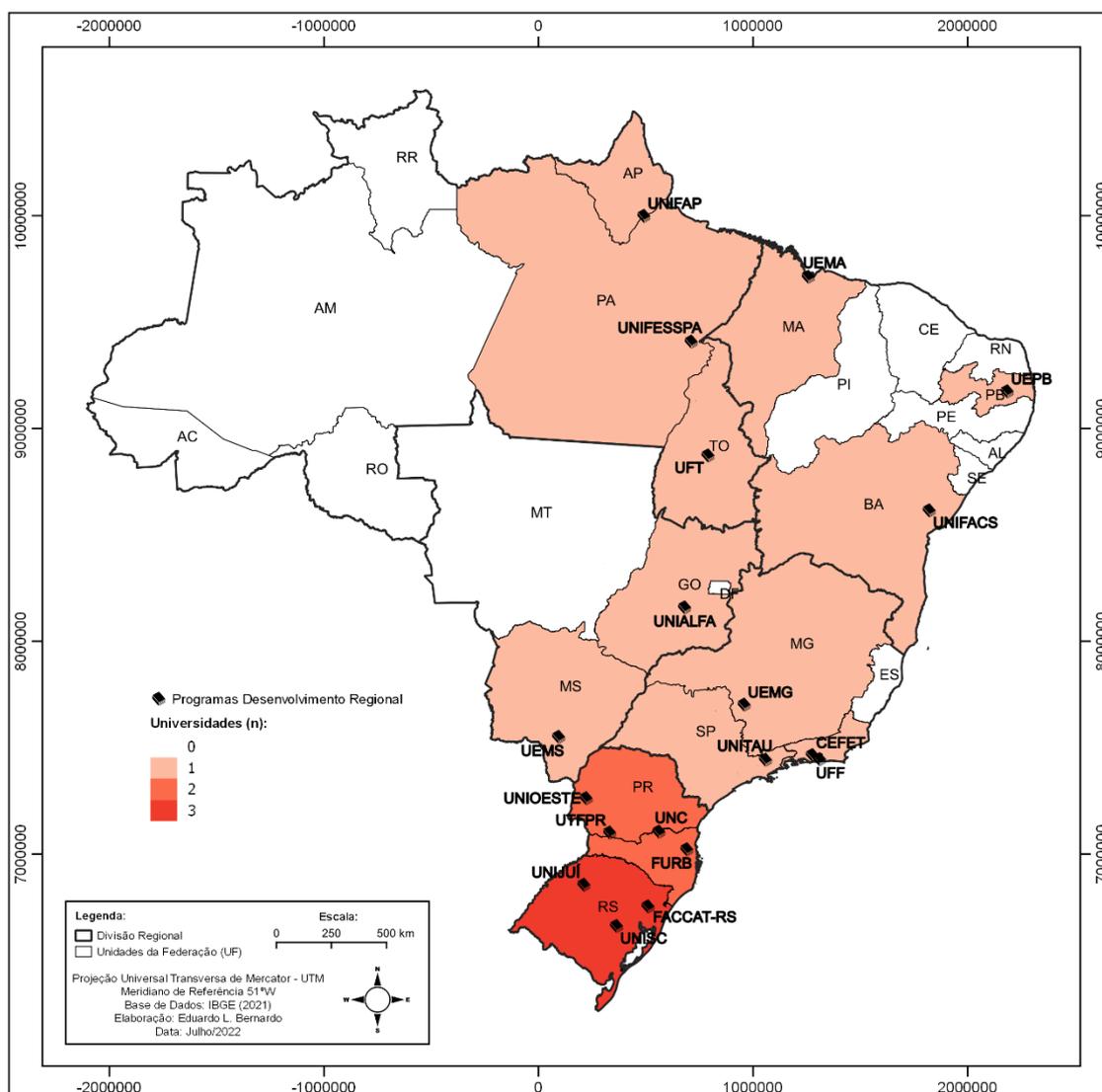
4 AS LINHAS DE PESQUISA E O DEBATE SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA ÁREA PLURD – CAPES

O acesso aos portais de dados da Capes, a Plataforma Sucupira e os endereços virtuais de cada Programa de Pós-Graduação permitiram perceber articulações entre a trajetória teórica, conceitual e disciplinar, com derivações de escolas de pensamento nos programas de pós-graduação, com alguns mais atrelados ao repertório da Geografia, outros da Economia ou História e, ainda outros vinculados às Ciências Sociais.

A partir destes acessos, os dados levantados foram organizados em planilhas que permitiram averiguar as propostas estruturadas em frases e expressões, contabilizar repetições, reunir e identificar perfis e padrões, os quais serão apresentados a seguir.

A Área de Planejamento Urbano e Regional e Demografia, possui, em 2022, quarenta e sete programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*. Dos quarenta e sete Programas (47), dezenove (19) estão ligados ao Desenvolvimento Regional, conforme pode ser conferido no mapa 1, a seguir.

Mapa 1 – Instituições e Programas da Subárea Desenvolvimento Regional da Área Planejamento Urbano Regional e Demografia – CAPES, 2022.



Para conhecer melhor os desdobramentos dos Programas oferecidos com o título Desenvolvimento Regional é estratégico analisar seus nomes e temas apresentados em Linhas de Pesquisa, bem como configurar tipologias, analisar possíveis agendas de pesquisas conforme apresentado no quadro 3, a seguir.

Quadro 3 – Linhas de Pesquisa dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu da Subárea Desenvolvimento Regional

UF	Nome do Programa	Linhas De Pesquisa
RJ	Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos	Desenvolvimento Regional Sistemas Produtivos
GO	Desenvolvimento Regional	Políticas Públicas, Arranjos Produtivos (clusters), Território e Desenvolvimento Regional Educação e Desenvolvimento Regional

RS	Desenvolvimento Regional	Instituições, Ordenamento Territorial e Políticas Públicas para o Desenvolvimento Regional
		Organizações, Mercados e Desenvolvimento Econômico Regional
TO	Desenvolvimento Regional	Economia, Planejamento e Desenvolvimento Regional
		Sociedade, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional
RS	Desenvolvimento Regional	Território, Planejamento e Sustentabilidade
		Estado, Instituições e Democracia
		Organizações, Mercado e Desenvolvimento
SP	Planejamento e Desenvolvimento Regional	Planejamento, Território e Desenvolvimento Regional
		Processos de Desenvolvimento Regional
SC	Desenvolvimento Regional	Estado, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional
		Dinâmicas Socioeconômicas, Ambientais e Desenvolvimento Regional
		Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional
		Ambiente e Dinâmicas Socioeconômica e Organizacional nos Territórios
MG	Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente	Planejamento Municipal e Regional
		Desenvolvimento Rural
PB	Desenvolvimento Regional	Estado, Planejamento, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional
		Sociedade, Cultura, Turismo e Desenvolvimento Regional
		Ciência, Tecnologia e Inovação
MS	Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos	Dinâmicas do Desenvolvimento Regional
		Sistemas Produtivos
MA	Desenvolvimento Socioespacial e Regional	Estado, Trabalho e Globalização
		Movimentos Sociais, Território e Planejamento
PR	Desenvolvimento Regional e Agronegócio	Cadeias Produtivas
		Economia Regional e Sociedade
AP	Desenvolvimento Regional	Desenvolvimento e Planejamento Socioeconômico.
		Meio Ambiente e Planejamento
PA	Planejamento e Desenvolvimento Regional e Urbano na Amazônia	Economia, Desenvolvimento e Dinâmicas Regionais
		Espaço, Território e Urbanização
RJ	Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas	Desenvolvimento, Ambiente, Políticas Públicas, Conflito e Cidadania.
SC	Desenvolvimento Regional	Estado, sociedade e desenvolvimento no território
		Dinâmicas socioeconômicas no território

RS	Desenvolvimento Regional	Políticas Públicas, Planejamento Urbano e Gestão do território
		Gestão de Organização e dinâmicas de mercado
BA	Desenvolvimento Regional e Urbano	Desenvolvimento e Políticas Regionais
		Desenvolvimento Urbano, Políticas Urbanas e Redes de Cidades
PR	Desenvolvimento Regional	Regionalidade e Desenvolvimento
		Educação E Desenvolvimento

Fonte: Os autores com base na Plataforma Sucupira e sítios dos respectivos Programas.

Dos dezenove (19) Programas ligados à Subárea Desenvolvimento Regional, dez (10) apresentam apenas a expressão Desenvolvimento Regional como título, nove (9) apresentam alguns adjetivos que expressam desdobramentos ou transbordamentos. Destes nove (9), dois (2) exibem o termo planejamento associado ao Desenvolvimento Regional, dois (2) utilizam sistemas produtivos como complemento do termo Desenvolvimento Regional, um (1) cita meio ambiente, um (1) emprega o termo socioespacial, um (1) agronegócio, dois fazem uso da expressão urbano, sendo que um (1) aponta como enfoque a Amazônia e outro acrescenta ambiente e políticas públicas.

A partir desta exposição inicial constata-se que a maior parte dos Programas não apresenta, portanto, especificação temática e relacionada aos aspectos espaciais da Área em que se encontram localizados, com exceção de um Programa, que apresenta a Amazônia em seu título.

Se fizermos um exercício por região do país, é possível constatar algumas características: se percebe a quantidade de Programas e a concentração regional, pois dos dezenove (19) Programas vinculados ao tema do Desenvolvimento Regional, sete (7) se encontram na região Sul, quatro (4) na região Sudeste, três (3) na região Norte, três (3) na região Nordeste e dois (2) na região Centro-Oeste de acordo com o quadro 4, a seguir.

Quadro 4 – Regiões das instituições e Programas da Subárea do Desenvolvimento Regional da Área Planejamento Urbano Regional e Demografia - CAPES, 2022.

REGIÃO	Número de Programas	Número de Linhas
CENTRO OESTE	2	4
NORDESTE	3	7
NORTE	3	6
SUDESTE	4	7
SUL	7	17
Total	19	41

Fonte: Os autores com base em dados da Plataforma Sucupira

Dos termos utilizados nas Linhas de Pesquisa, os mais recorrentes são Desenvolvimento Regional, Políticas Públicas, Planejamento, Território e Desenvolvimento. Se estratificarmos os termos por região é possível perceber alguns padrões, conforme estabelecido no quadro 5, a seguir.

Quadro 5 – Termos e repetições nas Linhas de Pesquisas das instituições, por região brasileira, dos programas da Subárea do Desenvolvimento Regional da Área Planejamento Urbano Regional e Demografia - CAPES, 2022.

Região do País	Termos e quantidade de repetições nas Linhas de Pesquisa
Centro-Oeste	Políticas Públicas, Território, Educação, Desenvolvimento Regional (3x) , Arranjos Produtivos. Dinâmicas, Sistemas Produtivos
Nordeste	Estado (2x), Políticas Públicas, Sociedade, Turismo, Ciência, Inovação, Planejamento (2x), Desenvolvimento Regional (2x) , Cultura, Tecnologia, Trabalho, Globalização, Movimentos Sociais, Território, Desenvolvimento, Políticas Regionais, Desenvolvimento Urbano, Políticas Urbanas, Redes DE Cidades
Norte	Economia (2x), Desenvolvimento Regional (2x) , Planejamento (2x), Sociedade, Políticas Públicas, Desenvolvimento (2x), Meio Ambiente, Planejamento Socioeconômico, Espaço, Território, Urbanização, Dinâmicas Regionais
Sudeste	Desenvolvimento Regional (2x) , Sistemas Produtivos. Planejamento, Território, Processos de Desenvolvimento Regional, Planejamento Municipal, Desenvolvimento Rural, Planejamento Regional, Desenvolvimento, Ambiente, Políticas Públicas, Conflito, Cidadania,
Sul	Instituições, Ordenamento Territorial, Políticas Públicas (4x), Desenvolvimento Regional (4x) , Organizações, Mercado, Desenvolvimento Econômico Regional, Território (4x) , Planejamento, Democracia, Organizações, Desenvolvimento (4x), Estado (3x), Instituições, Mercado, Sustentabilidade, Dinâmicas Socioeconômicas (3x), Dinâmicas Ambientais, Ambiente, Cadeias Produtivas, Sociedade (2x), Economia Regional, Planejamento Urbano, Gestão do Território, Gestão DE Organização, Dinâmicas DE Mercado, Regionalidade, Educação

Fonte: Os autores com base na Plataforma Sucupira e sítios dos respectivos Programas.

No Centro-Oeste o termo recorrente é Desenvolvimento Regional, mas chama a atenção também a preocupação existente com relação aos aspectos de organização da produção, seja nas expressões Arranjos Produtivos, ou Sistemas Produtivos, com nota de que o termo Território aparece apenas uma vez.

Na Região Nordeste, se percebe maior equilíbrio na ocorrência dos termos, pois aparecem duas vezes os termos ou expressões: Estado, Planejamento e Desenvolvimento Regional, mas também apenas uma vez o termo Território. Outro aspecto que chama a atenção é a quantidade de termos e temas mais ligados à cultura, ao turismo e aos movimentos sociais, que não aparecem em outras regiões.

Na Região Norte também se percebe a ocorrência por duas vezes dos termos Economia, Desenvolvimento Regional, Planejamento e Desenvolvimento, e da mesma forma se constata que Território aparece apenas uma vez. A expressão Meio Ambiente se destaca como especificidade de interesse da região, embora não haja mais de uma citação.

Na Região Sudeste a expressão Desenvolvimento Regional apresenta uma citação, é feito uso do termo Território por uma vez e aparecem termos diversos que envolvem questões socioeconômicas.

No caso da Região Sul, há um significativo número de termos, em virtude da maior quantidade de Programas e, também de um Programa apresentar, até o momento da redação

deste artigo, quatro Linhas de Pesquisa. O que se percebe é a maior recorrência dos termos Políticas Públicas, Desenvolvimento Regional, Território e Desenvolvimento. Chama a atenção à frequência de termos vinculados à gestão, organizações, ordenamento, e dinâmicas socioeconômicas e de mercado.

O termo Desenvolvimento aparece em todas as regiões com alta prevalência, e os conceitos de região e território se dividem em grau de importância. É possível constatar que em todas as regiões, com exceção da Região Sul o termo Território se apresenta com menor número de citações, e na Região Sul o mesmo se apresenta como equiparado ao termo Região, com alto número de citação nas Linhas.

Conforme dados acima se evidencia que a região que mais articulou linhas de pesquisa ao tema do Território é a região Sul do país, que é também a região com maior número dos programas de Pós-Graduação ligados ao tema do desenvolvimento regional.

No que diz respeito ao conceito de região ou regional, as menções ocorrem em todas as regiões, com equivalência entre Região e Território quando analisamos a região Sul, e com maior interesse pelo tema regional em detrimento do territorial nas demais regiões do país.

Percebe-se, portanto, diferenciações que aparecem quando se atenta para os Programas, os temas e as regiões em que se localizam os Programas. Com estes fenômenos de definição de temas, ocorrem prevalências ou direcionamento do debate que posteriormente, se organiza por meio de disciplinas oferecidas nestes programas, das pesquisas realizadas e do perfil do corpo docente, bem como do perfil do egresso que o programa almeja formar.

Evidencia-se, na estrutura dos programas de desenvolvimento regional em suas Linhas de Pesquisa, a ausência ou pouca referência a temas como Trabalho, Sociedade, Poder, Propriedade Privada, Classes Sociais, Movimentos Sociais, Reforma Agrária, Reforma Urbana, Educação Popular, dentre outros. Por outro lado, se destaca a existência dos temas: Sistemas Produtivos, Inovação, Governança, Gestão Territorial, Mercado, Globalização, Estado, Políticas Públicas, Meio Ambiente, dentre outros.

É possível perceber uma regionalização de temas que interessam aos programas como o pensamento atrelado a partir do Estado e Planejamento, estímulo à consideração do Turismo Regional, da Indicação Geográfica e dos Movimentos Sociais na Região Nordeste, Meio Ambiente e Planejamento para a Região Norte, organização da produção em aglomerações e sistemas na Região Centro-Oeste; e dinâmicas socioeconômicas locais e vinculadas ao Território para a Região Sul do Brasil.

Entender, contudo, essa regionalização dos temas de interesse dos programas e, especialmente, realizar um diálogo sobre a construção do pensamento na atualidade, vinculada ao tema do desenvolvimento e suas derivações espaciais, demanda esforço de pensamento crítico¹⁷.

¹⁷De acordo com o Dicionário de Filosofia, de Abagnano (2007), a crítica foi um termo introduzido por Kant para designar o processo pelo qual a razão empreende o conhecimento. Em sua análise do conceito e comparação com Hegel, o autor traz uma comparação com uma situação de o pensamento ser concebido antes ou após saber realizar uma ação. E, ao final aponta que a crítica permite analisar movimentos, determinando possibilidades efetivas, comparando-as a outras, fictícias, que levariam a possíveis desfechos. Outra definição se apresenta em Kivunja (2015), como “critical thinking is the cognitive process that creates the ability to interpret, analyze and

Brandão (2007) em exercício sobre a articulação de conceitos a determinados temas, reuniu termos, categorias, conceitos e noções da seguinte maneira:

- **Divisão Social do Trabalho:** Sociedade, Classes Sociais, Capital, Trabalho, Propriedade dos Meios de Produção, Relações Mercantis, Mundo do Trabalho, Estado, Ação Política, Coerção da concorrência, Rivalidades Intercapitalistas, Fatores Macroeconômicos, Padrões Comerciais, Estruturas Produtivas, Poder, Hegemonia, Bloco Histórico, Divergência, Diversidade, Assimetrias; e sobre,
- **Desenvolvimento Local/endógeno:** Comunidade, Atores, Agentes, Talentos Humanos, Capital Social, Capital Cultural, Capital Humano, Agenciamento de Habilidades, Capacidade de Federar Produção, Relações de Reciprocidade, Recursos Humanos, Empregabilidade, Mercado, Iniciativa Privada, Parcerias Público-Privadas, Cooperação, Fatores endógenos e microeconômicos do Meio ambiente Sinérgico, Micro e pequenas empresas, Empresas em rede, Economia terciária, acumulação flexível, atmosfera, espírito empreendedor, convergência.

Quando comparamos com as Linhas de Pesquisa dos programas de Desenvolvimento Regional, portanto, é possível reconhecer que em relação ao pensamento crítico, ou vinculado ao debate sobre Divisão Social do Trabalho aparecem as seguintes expressões:

- **Divisão Social do Trabalho nas Linhas dos Programas de Desenvolvimento Regional:** Estado, Políticas Públicas, Educação, Economia, Sociedade, Democracia, Trabalho, Movimentos Sociais, Cidadania.

E, no que diz respeito ao pensamento vinculado ao Desenvolvimento Local, Endógeno, aparecem os termos:

- **Desenvolvimento Local/endógeno nas Linhas dos Programas de Desenvolvimento Regional:** Sistemas Produtivos, *Clusters*, Arranjos Produtivos Locais, Organizações, Mercado, Cadeias Produtivas, Inovação, dentre outros.

O exercício de pensar as Linhas de Pesquisa dos Programas é evidentemente um recorte, e para possibilitar maior compreensão seria necessária uma análise dos projetos e textos dos Programas, bem como de suas disciplinas e ementas, e até mesmo prosopografia dos docentes dos programas, para o alcance compreensivo em relação às concepções vinculadas ao termo desenvolvimento, ao desenvolvimento regional e os desdobramentos destes entendimentos para o debate sobre estes conceitos que se fazem presentes tão profundamente na academia e na sociedade brasileira.

Estes são alguns dos campos de pesquisa em aberto e, que solicitam pesquisa para que se amplie a compreensão sobre as especificidades da ciência produzida pelos Programas de *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional.

Após apresentar este cenário das Linhas de Pesquisa, algumas questões podem orientar futuros trabalhos de investigação e diagnóstico da ciência do Desenvolvimento Regional produzida na Área, são elas: de que maneira estes Programas ou estas Linhas podem estruturar

evaluate information, arguments or experiences with a set of reflective attitudes, skills and abilities to guide our thoughts, beliefs and actions” (p. 431).

um pensamento sobre as questões do desenvolvimento e do Desenvolvimento Regional no país? Que tipo de formação apoiam? Qual o perfil dos Programas existentes, de seus egressos, e de que maneira apoiam o enfrentamento das transformações sociais, espaciais e econômicas vivenciadas no país? Estas e outras questões se colocam como sugestões de futuras pesquisas que possam contribuir com diagnósticos da produção do conhecimento, análises de Linhas de Pesquisas de Programas de Pós-graduação, dentre outras.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo buscou-se analisar a conformação das linhas de pesquisa do Programas de Desenvolvimento Regional dentro da Área de Planejamento Urbano Regional e Demografia – PLURD, partir da recepção e articulação conceitual do termos “desenvolvimento”, “região” e “território”.

Foi possível perceber que os termos se apresentam com intensidade dentro da referida Área. Afinal, dos quarenta e sete (47) Programas presentes em todas as regiões do país, dezenove (19) Programas estão ligados ao tema desenvolvimento regional. Além disso, se constatou que das quarenta e uma (41) Linhas de Pesquisa, dos dezenove Programas (19), apenas (14) quatorze reproduzem a expressão Desenvolvimento Regional como Linha de Pesquisa ou complemento desta Linha.

Mediante diálogo com autores a respeito da terminologia desenvolvimento, com citações e referências ao pensamento de Santos (1991), dentre outros, se expôs que o termo em questão não se apresenta como visão única, sedimentada.

Além do possível debate sobre terminologia "desenvolvimento ser ou não sedimentada se verificou que parece ter havido disputa histórico política entre os termos planejamento e desenvolvimento, com o primeiro originado de uma vertente que assume importância quando apresenta exercício de profunda racionalização da atuação das instituições para o crescimento econômico, mas perde forças com o avanço da agenda do desenvolvimento, que é estimulada, inclusive via agências internacionais como a Cepal.

Da mesma forma, se considerou a complexidade da discussão da escala de análise, que passa por discussões dedicadas ao termo "Região", como parte do todo, envolvida mais proximamente à sua relação com a escala Nacional, e se percebeu uma relação mais profunda entre a escala "Territorial" e "Local".

Foi possível expor, mediante este estudo a complexidade da escolha dos termos para análise, a importância do entendimento da trajetória histórica dos termos, e dos desdobramentos possíveis a partir das escolhas das definições e autores. Neste sentido, este artigo corrobora com a frase de abertura trazida por Foucault sobre a história como não desprovida da intenção, de não totalidade, exigindo conhecer aspectos e peculiaridades da Geografia, das escalas espaciais, e dos agentes/atores/indivíduos/sociedade em questão, bem como, de outras ciências envolvidas nas pesquisas, debates e proposições de Desenvolvimento, seja ele “Local”, “Regional”, ou “Territorial”.

No contexto desta pesquisa, constata-se, também, desafios epistemológicos, metodológicos e conceituais, bem como a complexidade de se pensar os termos “Desenvolvimento Regional” e “Região” e, como ao se desdobrar em novos conceitos e categorias em termos nas Linhas de Pesquisa os debates tornam-se amplos e podem ser pulverizados em diferentes temáticas e objetos de pesquisa.

Por fim, a proposta de fazer o exercício de analisar as Linhas de Pesquisa que compõem os Programas de Pós-graduação dedicados à investigação em torno dos temas e objetos do desenvolvimento, e analisar de que maneira elas incorporam algumas das questões como os usos dos termos “Regional”, “Territorial” e derivações, se fez complexa. Nesta perspectiva de análise, trata-se de reconhecer que pela complexidade que apresenta, se faz também importante avançar neste exercício, para compreender de que maneira, e a partir de que viés, os Programas edificam suas Linhas de Pesquisa fazem suas escolhas terminológicas e os desdobramentos e implicações destas definições.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E., GENTILLI, P. (Orgs). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.

AQUINO, C. N. P. et al. Análise Bibliométrica da Produção Científica na Base Scopus sobre Desenvolvimento Regional. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional G&DR**, Taubaté, v. 15, n. 3, p. 216-227, 2019.

ARAÚJO, T. B. Por uma política de desenvolvimento regional. In: ARAÚJO, T. B. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2000.

ARAÚJO, T. B. Por uma política nacional de desenvolvimento regional. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 30, n. 2, p. 144-161, abr/jun. 1999.

BAZZANELLA, S. L. et al. Desenvolvimento: conceito ou ideologia? Desenvolvimento: conceito ou ideologia? *Desenvolvimento em Debate*, v. 10, n. 1, p.57-79, 2022. Disponível em: https://inctped.ie.ufrj.br/desenvolvimentoemdebate/pdf/revista_dd_v10_n1_alexandre_tomporoski.pdf. Acesso em: maio 2022.

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

BRANDÃO, C. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

BRANDÃO, Carlos. Desenvolvimento, territórios e escalas espaciais: levar na devida conta as contribuições da economia política e da geografia crítica para construir a abordagem interdisciplinar. In: RIBEIRO, M. T. F.; MILANI, C. R. S. (orgs.). **Compreendendo a complexidade sócio espacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar**. Salvador: Editora da UFBA, 2008. Disponível em:

http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/magaldi/GEO_ECONOMICA_2019/Carlos%20Brandao%20paper42.pdf

BRANDÃO, Carlos. Modo transescalar de análise e de intervenção pública: notas para um manifesto anti-localista. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 10. 2010. Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte, 2010.

BRITO, T. M. A. A metamorfose do conceito de região: leituras de Milton Santos. **GEOgraphia** (UFF), v. 10, p. 74-105, 2010.

BRITO, T. M. A. Região: leituras possíveis de Milton Santos. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/MPBB-76LJJS> Acesso em: fev. 2022.

CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Diretoria de Avaliação (DAV). **Documento de Área**: Área 30: Planejamento Urbano e Regional e Demografia, maio 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/planejamento-urbano-pdf>. Acesso em: 07 out. 2021.

CARLOS, A. F. A. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1992.

CARR, Edward Hallett. **La revolución rusa**. De Lenin a Stalin, 1917–1929. Madrid: Alianza Editorial, 1981.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. Cambridge: Blackwell Publishers, 1996

CASTRO, I. E, GOMES, P. C. C. CORREA, L. **Geografia: conceitos de temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

DINIZ, C. C. Desenvolvimento Poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização. **Nova Economia**. Belo Horizonte, v.3, n. 1, p. 35-64, set. 1993.

ESCOBAR, C. H. Michel Foucault (1926-1984): o dossier: últimas entrevistas. Rio de Janeiro: Livraria Taurus, 1984.

ETGES, V. E.; ETGES, L. R. A dimensão multiescalar do Desenvolvimento Regional. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: ATORES, ATIVOS E INSTITUIÇÕES. 10. 2021. Santa Cruz do Sul. **Anais [...]**. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2021 <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/view/21384>

FERREIRA, B.; RAPOSO R. Evolução do(s) conceito(s) de desenvolvimento: um roteiro crítico. **Cadernos de Estudos Africanos**, n. 34, p. 113-144, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2930/293055456006.pdf>

FIORI, J. L. A ilusão do desenvolvimento. **Jornal Folha de São Paulo**. Caderno Folha Mais. São Paulo, domingo, 24 jan. 1999. Disponível em: <https://bit.ly/3FjVzrk>. Acesso em: 09 nov. 2022.

- FIORI, J. L. Estado e desenvolvimento na América Latina. **Revista de Economia Contemporânea** [online], v. 24, n. 01, e202416, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3rs7yyv>. Acesso em: 6 dez. 2021.
- FOUCAULT, M. O cuidado com a verdade. EWALD, François. Entrevista com M. Foucault, Le Magazin. In: ESCOBAR, Carlos Henrique (org.). **Michel Foucault (1926-1984): o Dossier: últimas entrevistas**. Rio de Janeiro: Livraria Taurus, 1984.
- GODOI, C. N. et al. Panorama dos principais temas, artigos e pesquisadores da Área do desenvolvimento regional no Brasil referentes ao ano de 2020. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 11, p. 231–249, 2021. DOI. <https://doi.org/10.24302/drd.v11.3908>
- GOMES, P. C. **O conceito de região e sua discussão: geografia, conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- HAEBART, R.; PEREIRA, S. N.; RIBEIRO, G. **Vidal, vidais: textos de geografia humana, regional e política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- KIVUNJA, C. Using de bono’s six thinking hats model to teach critical thinking and problem solving skills essential for success in the 21st century economy. **Creative Education**, v. 06, n. 03, p. 380-391, 2015. DOI. <http://dx.doi.org/10.4236/ce.2015.63037>.
- MANNHEIM, K. “O conceito sociológico do pensamento”, “O problema do intelectual”. In (FORACCHI, M.; FERNANDES, F. (org.). **Mannheim**. São Paulo: Ática, 1982.
- MANNHEIM, K. **Libertad y planificación**. México: Fondo de Cultura Económica, 1946.
- MARKUSEN, A. Região e regionalismo: um enfoque marxista. **Espaço e Debates**, v. 1, n. 2, p. 61-99, 1981.
- MATTOS, C. A. La gestion urbano-regional en um escenario globalizado: nuevos retos para su enseñanza. In: ENCUENTRO DE POSGRADOS SOBRE DESARROLLO Y POLÍTICAS TERRITORIALES y URBANAS DE LOS PAÍSES DEL CONO SUR, 4. 2001. Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Anpur, 2001. p. 21-54.
- OLIVEIRA, F. **A economia da dependência imperfeita**. São Paulo: Graal, 1978.
- OLIVEIRA, F. **Elegia para uma Re(li)gião**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2008.
- PACHECO, C. A. **Fragmentação da nação**. Campinas, SP: UNICAMP-IE, 1998.
- PIQUET, R. P da S; RIBEIRO, A. C. T. Tempos, Ideias e Lugares. O ensino do Planejamento Urbano e Regional no Brasil. **Revista de Estudos Urbanos e Regionais**, v.10, n. 1, maio 2008, p. 49-59.
- PLURD - Planejamento Urbano Regional e Demografia. CAPES. Plurd Capes, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/PLURDAPCN_2021.pdf. Acesso em: jan. 2022.
- PNDR. Política Nacional de Desenvolvimento Regional. **Boletim regional, urbano e ambiental**, n. 11, p. 29-35, jan./jun. 2015.

PRADO, F. C. **A ideologia do desenvolvimento e controvérsia da dependência no Brasil Contemporâneo**. 168 f. 2015. Tese (Doutorado em Economia Política Internacional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 2003.

SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1979.

SANTOS, M. **O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, M. Por uma geografia cidadã: por uma epistemologia da existência. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, n. 21, p. 7-14, 1996.

SANTOS, M. **Sociedade e espaço**: a formação social como teoria e como método. In: Espaço e sociedade: ensaios. Petrópolis: Vozes, 1982.

SANTOS, T. **Democracia e socialismo no capitalismo dependente**. Rio de Janeiro: Vozes, 1991.

SOUZA, J. **A elite do atraso**: da escravidão à lava jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa socio-espacial**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2013.